

**Universidade, Humanidades, Cultura:
novos desafios /novas oportunidades**

*Para alguém que só tem um martelo todos os
problemas se parecem com pregos.*

Mark Twain

0.. Num 1º breve momento, lembrando a função social e cultural das Universidades ao longo dos tempos, procurarei colocar a questão que hoje aqui convoco: a de um novo espaço de afirmação das Artes e das Ciências Sociais e Humanas na Universidade.

Num 2º e igualmente breve momento, lembrarei a importância do papel cultural da Universidade em tempos de transversalidade de saberes e de internacionalização da informação.

Num 3º, reportar-me-ei, sempre rapidamente, à afirmação ainda não visível para todos de um novo paradigma social para a cultura.

Num 4º momento, deter-me-ei na emergência do que se pode designar como sendo uma nova “Idade Criativa” e nas indústrias criativas, designadamente na Europa.

Por fim (5º), procurarei salientar como esta nova “Idade Criativa” pode constituir um desafio e uma oportunidade para as Artes e as Ciências Sociais e Humanas no seio da Universidade.

1. As primeiras universidades no Ocidente, foram, como sabemos, da responsabilidade da Igreja e constituíram uma espécie de *upgrade* das escolas monásticas suas antecessoras. A sua criação decorreu, então, do crescente profissionalismo da sociedade em geral na Europa, a partir do século XII, sentindo a Igreja a necessidade de acompanhar essa especialização, preparando os seus membros para responder às crescentes necessidades de influência social, nomeadamente no domínio cultural, com o chamado Renascimento. Do ensino monástico, preocupado essencialmente com o conhecimento da liturgia, passando pelo ensino ministrado nas grandes catedrais de então – direito canónico e estudo dos sacramentos -, o ensino universitário medieval estrutura-se, na sequência da reforma gregoriana, em

torno de um plano de estudos sobejamente conhecido – o *trivium* e o *quadrivium* – evidenciando já preocupações de carácter comunicacional com um raio de acção e de interlocutores bem mais alargado, assim como preocupações relativas ao conhecimento do mundo físico, da realidade material, embora, obviamente, mais aqui do que ali, sempre marcadas pelo paradigma da verdade bíblica.

Este paradigma manter-se-ia até ao século XIX, com alterações significativas ao longo dos séculos, evidentemente, fruto das grandes rupturas históricas entretanto ocorridas, desde logo com o Renascimento, depois com a Reforma e a Contra-Reforma, os Descobrimentos, o Iluminismo, e outras que seria fastidioso e estar aqui a explicitar perante vós. É, de facto, na viragem dos séculos século XIX para o XX que, em França e na Alemanha, arranca o modelo de universidade que durante o século XX se manterá, com a criação de laboratórios para investigação científica, de seminários como forma de organização curricular, para além, claro, da valorização da liberdade racional na aventura da compreensão da realidade. Já o final do século XX revelar-nos-á uma grande diversidade de instituições universitárias e de ensino superior em todo o mundo, quer no que respeita ao seu número quer à sua personalidade jurídica quer, em última análise, quanto ao seu real impacto e subsequente prestígio sociais.

Em resumo, no Ocidente predominou, ao longo dos tempos, um modelo de universidade e de ensino superior centrado na transmissão do conhecimento científico, digamos, “puro”, muitas vezes para pouco mais do que consumo interno, monoliticamente organizado na reprodução de um saber exclusivo, cultivando a distância entre o segredo da investigação e as prosaicas necessidades do desenvolvimento social. Porém, hoje, tudo indica que terá passado o tempo das universidades enquanto centros exclusivos do conhecimento e de reprodução de um saber canónico e disso é sinal também a aludida diversidade. E na universidade de hoje não se estará em vias de regressar a um saber mais universal, porque de novo mais transversal e interdisciplinar? E as ciências sociais e humanas a par das Belas Artes e das

velhas Humanidades não terão oportunidade de voltar a ganhar espaço, lugar e relevância?

2. Se há evidências na compreensão do papel do saber e do conhecimento na nossa história europeia, uma delas será a de que mesmo grandes quantidades de conhecimento são inúteis se não forem eficazmente comunicadas. As universidades são cada vez mais disseminadoras de conhecimento para sectores variados e alargados da sociedade e não rigorosas transmissoras de conhecimentos para o número restrito dos seus alunos. Claro que hoje, certamente na sequência da experiência de três anos como ministra da Cultura do actual Governo português, estarei mais atenta a esta dimensão abrangentemente cultural da Universidade e não apenas ou sobretudo ao seu insubstituível estatuto de instituição formal de ensino superior. Mas também, porque fui adquirindo a convicção de que os grandes desafios e as igualmente grandes perplexidades que se lhe colocam hoje passam muito pelo revigoramento da referida dimensão cultural.

Daí o meu interesse em reflectir um pouco sobre o papel da Universidade e das escolas de ensino superior como centros difusores e indutores de cultura. Entendo cultura, é claro, como indissociável do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento pessoal e colectivo. Interessa-me, pois, repensar o papel das universidades não como *loci* de saber exclusivo, reprodutivo, estruturalmente monolíticas na sua organização e no seu funcionamento mas como centros polivalentes prospectivos nas metas, inovadores nos processos e nos métodos, ágeis e eficazes nas respostas.

A existência de institutos de investigação, de centros de estudos, de gabinetes especializados, de unidades de acção, de centros de competência, onde os profissionais não são agregados em departamentos ou divisões disciplinares científicas tradicionais mas por grupos de áreas de conhecimento afins, são com certeza sinais da compreensão por parte das instituições universitárias das novas interpelações a que estão sujeitas em tempos de internacionalização e globalização assentes, como sabemos, nas migrações humanas, na internacionalização das transacções – e não só económicas - na fluidez do capital e na integração dos mercados financeiros. E este novo tipo de organização, que a Universidade em mudança se vê forçada a privilegiar e

potenciar, pode ser favorável a um renascimento da área das ciências humanas e sociais, assim saibamos nós, professores e investigadores dessas áreas, apreender os sinais e responder aos desafios que os novos paradigmas que se abrem para a cultura nos colocam na Europa e no mundo dos nossos dias.

3. A cultura, é consabido, tem uma multiplicidade de acepções. No sentido mais lato, abrange todas as actividades, formas e estratégias de vida de uma população, as práticas quotidianas, as actividades produtivas e as de lazer, a relação com a terra e com o clima, os valores, as crenças, os usos e costumes, as tradições, os testemunhos patrimoniais de génio e criatividade na história e na actualidade... Neste sentido, tudo na vida traz a marca da cultura a que pertencemos e é inseparável desta.

Mas há uma outra acepção de Cultura, de sentido mais estrito, que se reporta ao chamado sector cultural e onde cabe o chamado património imaterial (constituído pela língua, pelos seus dialectos e pelas tradições etnográficas e antropológicas), a paisagem cultural, o património histórico edificado, o património móvel e documental (conservado nos museus, bibliotecas, cinematecas e arquivos), e, é claro, todo aquele conjunto diversificado de actividades de criação, comunicação, difusão e recepção ligadas às diferentes artes: literatura, música, teatro, dança, cinema e audiovisual, artes plásticas, arquitectura, design, artes ditas digitais e manifestações híbridas ou ecléticas transversais a várias delas.

Ora, o sector cultural atravessa profundas transformações que decorrem tanto da própria dinâmica de criatividade que lhe é intrínseca, como, de igual modo, da rápida evolução tecnológica e do respectivo impacto na produção e na difusão de bens culturais e está a ganhar consciência da sua importância económica crescente e a constatar a relevância de contribuir para uma maior percepção pública e visibilidade de tudo quanto ele representa enquanto factor de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Deixou-se de poder olhar para a Cultura apenas nas suas dimensões espiritual e lúdica. Hoje, a Cultura requer um olhar multifacetado e transversal

que é simultaneamente político, social e económico, representando um eixo fundamental no desenvolvimento e definição das estratégias económicas, sociais, tecnológicas e educacionais que visam estimular a produção de conteúdos criativos inovadores, os quais representam hoje um crucial factor produtor de riqueza e competitividade.

Complementarmente, é já bastante consensual a ideia de que a cultura não é aquilo de que se deve tratar quando tudo o resto, tido como prioritário para o desenvolvimento, já está tratado, uma cereja com que se remata o bolo, para passar a ser entendida como um factor angular de desenvolvimento social e económico. Na sua dupla dimensão de criação e de fruição passou a ser encarada como promotora da abertura das populações a novos conhecimentos e a realidades outras, criando massa crítica, essencial para a transformação e/ou qualificação do tecido económico e social.

A cultura fortalece a identidade, afirma as diferenças locais e nacionais, defende um património físico, linguístico e imaterial e, simultaneamente, projecta para o outro, quando revitalizada pela experiência da contemporaneidade. E por aqui a cultura também é mobilizadora da inovação.

4. A criatividade tornou-se um eixo orientador do crescimento económico e a nova “Idade Criativa” está neste momento a sobrepor-se a uma Idade Industrial ou pós-industrial.. A transformação em curso baseia-se em inteligência humana, conhecimento e criatividade, e faz uso de novas matérias-primas. Estas últimas, que englobam informação, propriedade industrial, capital intelectual e criativo, são necessárias à sobrevivência e ao crescimento económico na era da concorrência global.

A criatividade entendida, de um modo conciso, como a capacidade de produção que se manifesta pela originalidade inventiva, a capacidade de pensar a realidade comum de um modo diferente, essa capacidade pode ocorrer, e ocorre frequentemente como sabemos, individualmente, mas ficando-se a este nível não pode produzir grande impacto económico. Porém, a inovação ocorre sempre na interface e alavanca a criatividade gerada a montante para que possa originar impacto económico. Inovação e criatividade encontram-se, pois, de mãos dadas. Não é por acaso que a UE entendeu, já em 2001, que melhorar a eficácia em inovação é crucial para se atingir a meta

então estabelecida pela chamada “Estratégia de Lisboa para a Competitividade, Crescimento e Emprego” de tornar a UE a mais competitiva e dinâmica economia baseada no conhecimento até ao final da década.

Nos últimos anos, as indústrias criativas tornaram-se numa fonte importante de desenvolvimento económico e social, com uma posição cada vez mais forte ao nível do comércio mundial de todos os países, ditos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Neste momento, entre 25 a 30% dos trabalhadores dos países mais industrializados do mundo trabalham no sector criativo em diversas áreas do conhecimento tais como a economia, as ciências, as engenharias, as indústrias de base tecnológica, as artes, a arquitectura, o design.

Um estudo encomendado pela Comissão Europeia sobre a Economia da Cultura (dois termos que raramente apareciam conjugados) e tornado público em finais de 2006, revelou alguns números surpreendentes de quantificação da repercussão socio-económica dos sectores criativo e cultural na UE. O estudo em causa, importa lembrá-lo, abrange o sector cultural tradicional, digamos assim, (artes visuais e performativas, património móvel e imóvel), as indústrias criativas (cinema, vídeo, rádio e tv, videogramas, música, livro e imprensa), actividades criativas (do tipo design, arquitectura) e o impacto do sector cultural no desenvolvimento das indústrias com ele relacionadas como o turismo cultural, as indústrias TIC (PCs, MP3). Os números são reveladores e por isso vos canso enunciando alguns:: em 2003 (numa UE ainda a 25), a economia da cultura representou 2,6% do PIB europeu (chegou a 5% nos países mais desenvolvidos – França e Reino Unido, p. ex.; 1,4% em Portugal), isto é, mais do que o sector automóvel, do que o sector imobiliário, do que o sector têxtil; entre 1999-2003, a economia da cultura cresceu 19,7%, isto é, 12,3% mais do que a taxa média de crescimento; em 2004, empregava cerca de 6 milhões de pessoas, correspondendo a 3, 1% do emprego na então Europa a 25 e, num quadro de recessão do emprego, cresceu, entre 2002 e 2004, quase 2%.

Nas suas conclusões, ao analisar o papel da Cultura na prossecução dos objectivos da já citada Estratégia de Lisboa, o referido estudo sublinha pela

primeira vez nos 50 anos de história da UE a sua especial importância do contributo cultural para a Inovação, o Emprego e a Competitividade.

Na verdade, hoje, a inovação em todos os sectores da Economia requer uma base de criatividade dentro do processo conjugado das ideias, aptidões, tecnologias e processos de gestão, de organização e de produção. A capacidade de competir e prosperar presentemente na economia global não se limita apenas ao esforço de troca de bens e serviços ou ao fluxo de capital e investimento: baseia-se cada vez mais na habilidade das nações em atrair, reter e desenvolver pessoas criativas. Para muitos especialistas, a competitividade futura vai depender dos chamados **3 T's** do crescimento económico - Tecnologia, Talento e Tolerância.

- A Tecnologia é elemento central como função de concentração de inovação e gera progresso tecnológico e crescimento a longo-prazo.

- O Talento é importante porque reflecte a existência de recursos humanos capacitados para os desafios da inovação e da produtividade no médio e longo prazos, os quais requerem competências criativas.

- A Tolerância, não no sentido de presunção de superioridade condescendente mas, sim, no sentido de capacidade de diálogo com as diferenças do Outro, afecta a possibilidade das nações e regiões mobilizarem a sua própria capacidade criativa e competirem em termos de talento criativo. Quanto mais aberta e tolerante for uma cidade, região ou nação, mais fácil será atrair e gerar talento, e desde Darwin sabemos que a diversidade é fonte de expansão criativa.

Os membros dos núcleos criativos estão em locais que possuem estes elementos, e cada um destes elementos é necessário mas não suficiente. Isto é, para atrair pessoas criativas, gerar inovação e estimular o desenvolvimento económico, um lugar deve conter, como referimos, os três T's.

A criatividade está, enfim, a tornar-se num *input* cada vez mais importante no processo produtivo de todos os bens e serviços, mas há um grupo de actividades nas quais é usada com uma especificidade profissional de elevado grau: as Indústrias Criativas.

As Indústrias Criativas constroem-se sobre actividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza através da geração e exploração da propriedade intelectual ou, dito de outro modo, que me importa aqui realçar, têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor económico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais).

O conceito de Indústrias Criativas é variável, pode ser diferente de país para país, mas inclui aquelas indústrias em que a criatividade é incorporada no núcleo do negócio, sim, eu repito, do negócio. Assim, estas indústrias são simultaneamente Arte, Ciência e Negócio e incluem sectores chave tão diversos como publicidade, arquitectura, mercado de artes e antiguidades, design, moda, filmes e audiovisual, design gráfico, software educacional e de lazer, música ao vivo e gravada, artes performativas e entretenimento, televisão, rádio e internet, escrita e publicação. E claro, a gestão do património cultural móvel e imóvel e o turismo são também identificados como estando próximos das Indústrias Criativas. E repare-se que todos estes sectores têm o potencial de gerar emprego e riqueza através da exploração da propriedade intelectual.

As Indústrias Criativas funcionam ainda como catalisadores de outros sectores económicos. Revelando-se trans-sectoriais, trans-profissionais e trans-governamentais, provocam um impacto positivo a vários níveis: junto dos agentes criativos, junto de outros sectores da economia (tais como transportes e logística, comércio e serviços), na economia do país e na qualidade de vida (ao permitir uma vida cultural intensa). De facto, a criatividade gera benefícios quer ao nível do indivíduo, originando bem-estar e satisfação, quer ao nível das organizações e da sociedade, induzindo o surgimento de ideias inspiradoras e inovadoras que afectam positivamente a produção e o desenvolvimento social.

Na Sociedade Criativa a preocupação e o favorecimento de atitudes criativas devem ser estendidos a todas as profissões e actividades criativas, e não apenas àquelas que compõem o núcleo da criatividade (como as Indústrias Criativas). Deve existir um efeito de contágio que potencie o efeito multiplicador destas indústrias, beneficiando toda a economia e toda a sociedade.

5. Ora as universidades e outras instituições de ensino superior e de investigação – e era este o pontos aonde pretendia chegar - são um parceiro indispensável na construção das Sociedades Criativas pela sua capacidade em investir em Investigação e Desenvolvimento, gerando Conhecimento, isto é, gerando pensamento e tecnologia. Mas não há tecnologia sem pensamento e o pensamento só evolui pensando-se a si próprio. Ora aqui as Ciências Sociais e Humanas e as Artes têm um papel angular que volta a ser reconhecido, embora, bem sei, com muita parcimónia em Portugal, e na Europa em geral, diga-se, com poucas e honrosas exceções, mas com renovada atenção, - e não por acaso - em países tecnologicamente muito evoluídos, como os EUA.

Creio, porém, que trabalhar no momento actual naquelas instituições e nestas áreas implica uma atitude porventura algo diferente da que foi dominante nas Faculdades de Letras, de Belas-Artes e de Ciências Sociais e Humanas, no século passado, isto é, até há muito pouco tempo atrás – uma tendência para a especialização, se não para a hiper-especialização, para o acantonamento em campos cada vez mais restritos, que a nível das organizações teve como última bandeira no universo português, pelo menos, a departamentalização... Com efeito hoje, como acima foi lembrado, a dinâmica social e económica e a produção do pensamento e do conhecimento não se conjugam mais com as divisões disciplinares científicas tradicionais, daí decorrendo a necessidade de novas formas de organização que a comunidade universitária ainda não terá sido capaz de definir e estabelecer talvez porque não foi ainda capaz de o admitir. A nós que trabalhamos nestas áreas do conhecimento, com vocação nem sempre aproveitada para a interdisciplinaridade, destinados a sermos trânsfugas dos saberes, cabe-nos não desperdiçar a oportunidade que o momento a meu ver comporta. Hoje mais do que nunca é verdadeiro aquele princípio segundo o qual quem só sabe de economia, ou de matemática ou de literatura, por hipótese, nem de economia, de matemática ou de literatura sabe.

A qualificação para a versatilidade, para a diferenciação, para a conceptualização da qualidade é por certo uma apetência por excelência das nossas áreas de saber e num mercado de bens e serviços cada vez mais concorrencial, a competitividade já não passa só pelos parâmetros tradicionais

de preço e tecnologia, passa fundamentalmente pela diferenciação e pela qualidade desses bens e serviços. E esta dimensão imaterial é gerada por empresas e trabalhadores com criatividade, uma criatividade para a qual decisivamente contribui a educação cultural e artística e a formação humanística e social. Estas áreas de educação e formação em que nós nos movemos são especialmente aptas para reforçar e desenvolver muitos dos ingredientes constitutivos do talento criativo – a capacidade para pensar em termos de resolução de problemas, o domínio das metodologias de projecto, o gosto pela mudança, a capacidade para reagir ao imprevisto, a facilidade na exploração do pensamento divergente.

A Sociedade Criativa de amanhã, de amanhã, não, de hoje, pois de facto ela já aqui está mesmo que alguns persistam em não a reconhecer, exigirá cada vez apetências daquele tipo. Os estudantes procurar-nos-ão tanto mais quanto formos capazes de promover a capacitação dessas competências. Aliás o estudo acima referido sobre economia da cultura no seio da UE indica que o emprego cultural revela uma natureza atípica o que, para muitos observadores, indicia as características do emprego do futuro: flexibilidade, orientação por projectos, requerendo mobilidade e elevados padrões de habilitações e formação.

Interpelo-vos: Não estará contemplada, nestes enormes desafios que a Cultura está a ser chamada a desempenhar, uma grande oportunidade de viragem para o ensino artístico e para as ciências sociais e humanas?

Gostaria, caros colegas, de afirmar sem equívocos antes de terminar, que não pretendi, nem pretendo, reduzir a cultura e a criatividade à categoria de relevantes motores de crescimento económico, que de facto são, e que estou bem consciente de que o seu alcance ultrapassa largamente os vectores mensuráveis em números ou indicadores de competitividade que aqui procurei trazer. Têm ambas uma especificidade que não devemos deixar de reclamar constantemente. António Damásio, numa Conferência da UNESCO sobre educação artística, realizada em 2006, em Lisboa, salientava, por exemplo, a necessidade de fortalecer a educação artística para a construção de uma sociedade mais inclusiva e mais congregadora da diversidade como terá forçosamente que ser a sociedade do futuro (que o presente anuncia),

multicultural e vivendo em paz. E mais, acrescentava ele que as narrativas sociais e éticas que perseguimos na sequência do colapso das grandes narrativas em que crescemos social e individualmente, só podem ser exercitadas através das ciências sociais e das artes. É exactamente o reconhecimento dessa especificidade que me conduz à persistente defesa da promoção de políticas públicas de apoio à artes e à salvaguarda e revitalização do património cultural, defesa que, como é sabido, o pensamento liberal procura contestar. E é também esse reconhecimento que me faz reclamar a necessidade premente de não desperdiçarmos os novos desafios e as novas oportunidades que neste quadro se abrem na Universidade e no ensino superior à revalorização e ao incremento das Artes e das Ciências Sociais e Humanas. Não se tratará também, da nossa parte, de nos empenharmos na subversão criativa do aforismo de Mark Twain que usei como epígrafe segundo o qual “Para alguém que só tem um martelo todos os problemas se parecem com pregos”?

Isabel Pires de Lima

(Universidade do Porto)